

Alc pag 6

Contra ou a favor de Sarney? O PFL sofre com essa dúvida.

E discute o rumo da Aliança Democrática enquanto aguarda providências do governo.

"Não adianta querer tancar o sol com uma peneira", afirmou ontem o deputado Alceni Guerra (PFL-PR), para quem "existe uma insatisfação muito grande no PFL e muita gente pregando o rompimento, com o governo". Para discutir esse assunto, os líderes regionais do partido estarão reunidos no próximo dia 6, em Belo Horizonte, podendo sair do encontro o rompimento de relações com o PMDB e, em consequência, com o Palácio do Planalto.

Nas há uma outra possibilidade: "A Aliança Democrática poderá ser refeita, através da elaboração de plano de governo da responsabilidade do PMDB e do PFL, com o qual se obrigaria o presidente José Sarney", propôs o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. Dentro do PMDB, a possibilidade de desligamento do partido do governo federal vem sendo repelida com veemência. Para o líder no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, "romper com o governo importaria em inviabilizá-lo". Por isso, ele adverte que o PMDB "não pode jogar a culpa, que muitas vezes é sua, sobre o governo, principalmente no que diz respeito à falta de rumos"; o partido precisa "saber o que quer" e assumir a responsabilidade de ser governo. "Não pode dizer: então, eu não brinco mais", afirmou Fernando Henrique.

Segundo o deputado Alceni Guerra, a insatisfação dentro do PFL não parte de gente "inexperiente", havendo "entre 30 e 40 deputados que querem romper imediatamente. É o vice-líder Sandra Cavalcanti. É o deputado Érico Pegoraro. O nosso candidato a primeiro-vice-presidente da Assembleia Nacional Constituinte Humberto Souto". Por isso, ele adverte:

"Se o governo quiser fazer alguma coisa, tem de ser agora porque, daqui a alguns dias, o sentimento oposicionista será majoritário. O presidente José Sarney está falando em novo documento de compromisso da Aliança Democrática. A hora é esta, porque o anterior é muito antigo e escrito em bases irreais, porque do tempo em que o PDS era ainda partido majoritário. Temos de discutir o assunto, não quer fugir à realidade e, principalmente, não querer proteções".

Guerra ao PMDB

Na verdade, o PFL se encontra dividido entre os que querem romper com o governo e os que não querem. Todos os parlamentares,

porém, estão identificados numa guerra ao inimigo comum, o PMDB. Essa guerra, ampliada pela derrota nas eleições do ano passado, agravou-se com a exclusão dos pefelistas da Mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte.

Enquanto se realizava a escolha no plenário, quinta-feira, senadores e deputados do PFL exprimiam sua indignação com o PMDB, a condução da política econômico-financeira e o próprio governo.

Se os senadores divulgaram documento, articulado pelo líder Carlos Chiarelli e pelo senador paraibano Marcondes Gadelha, defendendo a manutenção do mandato de seis anos para o presidente José Sarney, o deputado gaúcho Érico Pegoraro quer diretas-já. Na mesma linha, durante a reunião da bancada, a fluminense Sandra Cavalcanti, em meio a ácidas críticas à política econômico-financeira e à falta de comando da administração, propôs que o PFL levante a bandeira das diretas-já para a convocação de eleições para presidente da República em março de 1988, para que "ele não caia em mãos alheias".

Para responder, positivamente, ao descontentamento de senadores e deputados, três ministros de Estado do PFL, Aureliano Chaves, Marco Maciel e Jorge Bornhausen, têm admitido a renúncia a seus postos a fim de que o partido, preocupado com a próxima disputa eleitoral, reconquiste apoio da opinião pública, no pleito de prefeito e vereador e talvez até de presidente da República, no próximo ano.

"Precisamos sair já, com passagem de primeira classe e champagne a bordo. Não, quando já não houver mais jeito", diz um experiente deputado. Ele reconhece a divisão do partido e admite que a corrente a favor do rompimento tende a crescer se o presidente José Sarney não descobrir uma maneira de conter sua insatisfação. O que, segundo líderes mineiros, será impossível, ante a entrega da Seplan e de outro ministério importante, prevista para as próximas semanas, para políticos do PMDB, de indicação do governador Newton Cardoso.

Reforma ministerial

Na reunião do dia 6, rompendo ou adiando a decisão, os líderes regionais do PFL deverão oficializar a guerra contra o PMDB. Há dias um emissário credenciado do governador Newton Cardoso procurou o ministro Aureliano Chaves,

para saber qual seria seu comportamento diante do governo do Estado. "Será de oposição ao governo, não a Minas" — foi a resposta levada ao Palácio da Liberdade.

O ministro das Minas e Energia, sem esconder sua preocupação, acha que o partido deveria esperar mais um pouco antes de qualquer decisão. Ele entende que o PFL tem responsabilidades na condução da política e da administração do País. Como uma das forças que provocaram a virada a 15 de janeiro de 1985 — eleição indireta de Tancredo e Sarney —, o PFL não pode, segundo Aureliano Chaves, simplesmente romper com o governo federal sem examinar as consequências e sem ouvir suas bases.

Aureliano Chaves tem aconselhado aos mais afoitos esperarem a decisão da reforma econômica e a definição da reforma ministerial — sempre reafirmando que seu cargo continua à disposição do presidente da República.

Sobre a reforma do Ministério, ele tem ouvido muitas queixas. Ninguém do PFL contesta o direito de Sarney de demitir e nomear ministros e de destinar a este ou aquele partido os lugares no Ministério. Há, porém, muita apreensão pelo fato de que o presidente "está abrindo mão do poder de mando", numa reiterada crítica à indicação do peemedebista Aníbal Teixeira para o Ministério do Planejamento e à possibilidade de outros postos serem destinados ao PMDB.

Negociações

Defensor da manutenção da Aliança Democrática, o líder Carlos Chiarelli quer a elaboração de um projeto determinando "a indispensável austeridade do governo com o controle da dívida pública, a redução da carga tributária sobre assalariados, a pequena e a média empresas, com a redução do papel do Estado na economia, a fixação do controle das taxas de juros bancários e a manutenção da escala móvel de salários". Tudo isso, porém, precisa ser discutido por técnicos de ambos os partidos, que terão parcelas de corresponsabilidade na sua execução. "Este será o grande momento da negociação política. A Aliança deve ter compromisso com esse plano, bem como o governo. Se o governo o adotar, será nosso dever respaldá-lo, porque ele será nosso filho. Se o abandonar, se o desconsiderar, é porque não quer o nosso apoio. É isso que a sociedade nos está cobrando", afirmou Carlos Chiarelli.



F. Henrique, Sarney e Ulysses: a Aliança Democrática diante de um próximo abalo ou de um plano de governo?

A manhã, terça-feira, quando estiver reunida a Comissão Executiva Nacional do PMDB, são quatro os pontos a serem debatidos.

O primeiro deles é já por si polêmico e será levantado pelo deputado Milton Reis, que deseja um pronunciamento a respeito do período de mandato do presidente Sarney, como medida transitória, e a fixação no texto constitucional de norma a ser adotada permanentemente.

Outro item da renúncia será a proposta do senador Afonso Camargo, secretário-geral da Executiva, que pretende uma definição do PMDB em relação ao governo. Ou o partido é, realmente, partícipe da administração e enfrenta todos os seus ônus e benefícios, e reclama presença proporcional aos últimos resultados eleitorais, ou se fixa, de uma vez, na oposição. O senador Afonso Camargo, que já foi biônico pela Arena e incursionou pelo PFL, está santificado no PMDB, já que se elegeu, agora, para o Senado, em eleições diretas no Paraná.

O senador Camargo, na semana passada, assustou as lideranças governistas com sua proposta de rompimento com o governo. Sua posição, agora, está suavizada com o pedido de definição partidária.

É evidente que a Executiva Nacional não vai assumir a responsabilidade de uma definição dessa magnitude e, por isso, deverá transferir o assunto para deliberação do Diretório Nacional, tão raramente convocado, ou para a Convenção Nacional, que somente tem-se reunido por ocasião das eleições ou da renovação dos quadros dirigentes partidários. Com a prorrogação do mandato dos diretores, inclusive do Nacional, só há previsão de Convenção para 1988.

Mas, dois outros itens deverão ocupar boa parte da reunião.

Um deles é a licença ou a renúncia de Miguel Arraes e Pedro Simon, que assumiram o governo dos Estados de Pernambuco e Rio Grande do

Constituinte

Quando se ganha perdendo



Freitas Nobre

Sul, aliás, uma dupla que poucos imaginam tão profundamente unida. Um não decidirá diferentemente do outro.

As consequências da renúncia ou licença dos dois governadores já foram suficientemente exploradas para que as analisemos aqui, em face da possibilidade de acesso dos integrantes do órgão hierarquicamente em condições de substituírem os que saem ou a hipótese da eleição para os cargos pelo Diretório Nacional.

O terceiro item da reunião que, provavelmente, será o primeiro, é a licença ou não do presidente do partido. Aliás, a substituição do presidente da República em suas duas viagens ao Exterior por Ulysses Guimarães já obrigará um afastamento do presidente do PMDB. Haverá substituição na direção da Constituinte, na Câmara dos deputados e também na presidência peemedebista pelo 1º-vice-presidente da Executiva Nacional, que ainda não se sabe quem será.

Mas será esse roteiro deverá sofrer alteração, pois Ulysses poderá abrir os trabalhos — o que é mais provável — fazendo um relato dos últimos contatos com o presidente Sarney, envolvendo o problema da reforma Democrática. Isso, examinando a crise PMDB-PFL, admitiu até mesmo novas composições partidárias, se a tanto for conduzido.

Presume-se que os membros da Executiva Nacional forcem uma reunião do Diretório para o exame de matérias que entendam ultrapassar as atribuições do órgão.

As vantagens da derrota

Excluído da Mesa quando pleiteava a 1ª secretaria da Constituinte, o PFL, que também não conseguiria fazer valer o acordo que lhe proporcionava a 1ª vice-presidência, volta-se, agora, para as comissões em que se distribuem os trabalhos constituintes e a mais importante delas, a de Sistematização, que é uma espécie de comissão geral, com atribuições de recolher os trabalhos das demais e consolidá-los, segundo o regimento, num projeto de Constituição a ser debatido e votado em dois turnos, por maioria absoluta, no plenário.

É necessário destacar a deficiência das informações que consideraram derrotados Ulysses, Covas, Fernando e Luiz Henrique que fizeram comoventes apelos à bancada constituinte do PMDB em reunião extraordinária para que fosse aceita a proposta do PFL, que pleiteava a 1ª secretaria.

Os apelos, sem dúvida, não saíram do coração, mas dos lábios.

Nenhum desses líderes desejava entregar os postos-chaves. E a evidência se torna tão flagrante quanto a força de um Mário Covas na bancada, fortalecido recentemente pelo resultado de uma disputa interna, ou de Fernando e Luiz Henrique, valorizados em suas respectivas representações partidárias somando Câmara e Senado, ou do próprio Ulysses, presidente nacional do partido.

Agora, o PMDB tem todos os postos de comando da Constituinte, a maioria para votar o texto constitucional e, em consequência, a responsabilidade multiplicada.

Aí estão, mais que evidentes, as vantagens de uma "derrota".